



**ILMO SENHOR DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO JOÃO WELLISCH  
DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.**

LIC SERVIÇOS – CEB PARTICIPAÇÕES Nº 001-S01319/2020 (ELETRÔNICO)  
Processo: 312-00000023/2020-43

A proponente JDR SERVICES LTDA – RAI0 SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº 22.463.530/0001-09, com endereço na QSD 53 Lote 01 Loja 01 parte A, Edifício Adonai – Taguatinga Sul, Brasília, DF, CEP: 72.020-530, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

em desfavor da decisão proferida pela Comissão Especial Julgadora de Licitação – CEJL e Diretoria da CEB Participações que negou provimento ao recurso interposto pela RAI0 SERVIÇOS, conforme passa a expor:

A CEB PARTICIPAÇÕES S.A. promoveu pregão eletrônico do tipo menor preço, prestação de serviços administrativo, financeiro, serviços gerais (copeira/faxineira), conforme dispõe o Edital, cuja redação é a seguinte:

*1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços administrativo, financeiro, serviços gerais (copeira/faxineira) para atender as necessidades da CEB PARTICIPAÇÕES S.A., conforme especificações e condições do Edital e seus anexos.*

*1.2. Após a fase de lances, a Recorrida foi convocada para apresentar sua planilha e documentos para sua habilitação.*


No dia 14 de janeiro de 2021, a sessão foi retomada e a **Comissão de Licitação da CEB declarou a proponente 04 (LCM EMPREENDIMENTOS) habilitada**, abrindo o prazo de 10 (dez) minutos para vistas à documentação da Recorrida, bem como mais 10 minutos para apresentar intenção de recurso, conforme informado no chat.



A Proponente 4 foi habilitada no certame tendo em vista que apresentou o valor de R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), após o Pregoeiro solicitar o ajuste na proposta inicial, uma vez que o preço do item 2 estava fora do banco de preços da CEB;

Ao disponibilizar os documentos de habilitação e planilha de preço do "Proponente 04" no portal Compras CEB, verificamos que a mesma encontrava-se com o valor inicial cadastrado pela Proponente, ou seja, no valor R\$ 629.455,04, **SENDO QUE DEVERIA ESTAR DISPONIBILIZADA A PROPOSTA DEVIDAMENTE AJUSTADA NO VALOR QUE A PROPONENTE FOI HABILITADA, OU SEJA, NO VALOR DE R\$ 462.000,00** (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), **PREÇO ESSE QUE TORNOU A PROPONENTE 04 VENCEDORA DO CERTAME.**

O que vem sendo questionado por esta JDR não é que a Recorrida não tenha enviado a planilha ajustada, mas que o documento que foi **DISPONIBILIZADO** no site **COMPRAS CEB** renomeado como: "0Proposta\_Comercial\_-\_Planilha\_de\_Formação\_de\_Custos" **foi a proposta Inicial, não a proposta então ajustada,** conforme abaixo:

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
 0Proposta_Comercial_-_Planilha_de_Formação_de_Custos	14/01/2021 11:48	Arquivo PDF	2.542 KB

Esta proponente 17, somente pôde ter acesso aos documentos da empresa habilitada, após o Presidente da Comissão de Licitação, declarar a mesma como habilitada, **COMO SERIA POSSÍVEL ESTA RAI0 SERVIÇOS TER ACESSO À PROPOSTA INICIAL DA PROPONENTE 04 LCM EMPREENDIMENTOS SE NÃO FOSSE NO MOMENTO DISPONIBILIZADO PELA CEB?** Conforme o item: "13.1 Declarado o vencedor, o Presidente da Comissão de Licitação abrirá vistas aos documentos daquele, pelo prazo de 10 (dez) minutos."

A disponibilização de planilha diversa do valor habilitado, viola o item 10.9 do edital: "**Não se admitirá proposta que ultrapasse o valor estimado da licitação;**

Esta empresa apresentou Recurso em 18/01/2021, em que alegamos:

- 1) Que a proposta apresentada pela empresa declarada vencedora, LCM EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, não foi disponibilizada com os valores devidamente ajustados, ou seja, **NÃO DISPONIBILIZOU A PROPOSTA NO VALOR DO LANCE DE R\$ 462.000,00**, onde verifica-se **GRAVE equívoco**, pois fere o



Princípio da vinculação ao instrumento convocatório visto que este princípio pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93: “*A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada*”;

- 2) Que o balanço patrimonial apresentado pela Proponente 04 encontrava-se totalmente eivado de vício.

A decisão proferida pela CEB PARTICIPAÇÕES, é totalmente descabida, favorecendo a Proponente 04 LCM EMPREENDIMENTOS.

Essa empresa RAI0 SERVIÇOS foi totalmente prejudicada no certame *in supra*, uma vez que **NÃO TIVEMOS ACESSO A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA PROPONENTE 04 NO VALOR FINAL, MESMO SOLICITANDO VIA E-MAIL TAL DOCUMENTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, IMPOSSIBILITANDO ASSIM DE FAZER A DEVIDA ANÁLISE DOS CÁLCULOS E SEUS PERCENTUAIS.**

Sobre o tema, assim se manifesta o C. Tribunal de Contas da União:

*ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. NULIDADE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, PUBLICIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA. 1 - PROCESSO LICITATORIO PROCEDIDO COM VICIOS CAPAZES DE INVALIDAR O CERTAME REALIZADO, TAIS COMO AS OFENSAS AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA PUBLICIDADE E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA. 2 - A LEI REGULAMENTADORA DOS PROCEDIMENTOS LICITATORIOS ERA CLARA NO SENTIDO DE QUE A INTIMAÇÃO DOS REFERIDOS ATOS DEVERIA SER FEITA ATRAVES DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. NÃO RESTA AO ADMINISTRADOR QUALQUER FACULDADE DE ESCOLHER OUTRA FORMA DE INTIMAÇÃO, ATE PELA FORMA IMPERATIVA QUE O LEGISLADOR UTILIZOU PARA REDIGIR O ARTIGO. 3 - "A DETERMINAÇÃO DE QUE O RESULTADO DOS ATOS LICITARIOS DEVEM SER OBJETO DE PUBLICAÇÃO NO DO TRANSCENDE AO CARATER DE SIMPLES COMUNICAÇÃO PROCESSUAL. VAI MUITO MAIS ALEM, DANDO CIENCIA UNIVERSAL DOS ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POSSIBILITANDO E AMPLIANDO O CONTROLE DO REFERIDO AGIR". 4 - O FATO DE A AUTORA TER SE CLASSIFICADO EM TERCEIRO LUGAR NO CERTAME*



*LICITATORIO NÃO RETIRA DELA A LEGITIMIDADE DE QUESTIONAR O PROCEDIMENTO REALIZADO, VISTO QUE, SE CONSTATADAS AIRREGULARIDADE DO MESMO E A SUA RESPECTIVA NULIDADE, OUTRO DEVERA SER REALIZADO, COM NOVAS CHANCES A TODOS OS LICITANTES, INDEPENDENTE DA CLASSIFICAÇÃO QUE TENHAM ALCANÇADO NO PROCEDIMENTO INVALIDADO. 5 - APELAÇÃO IMPROVIDA. (TRF-5 - AC: 63283 RN 94.05.35219-9, Relator: Desembargador Federal Araken Mariz, Data de Julgamento: 15/08/1995, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ DATA-08/09/1995 PÁGINA-58946)*

*Nesse ínterim a CEB PARTICIPAÇÕES violou ao princípio da Publicidade, uma vez que a Administração Pública não deve cometer atos obscuros, à revelia da sociedade e dos órgãos de controle, devendo divulgar suas ações de forma ética e democrática, ou seja a CEB deixou de disponibilizar aos participantes do certame a planilha devidamente ajustada;*

*Nesse diapasão a CEB PARTICIPAÇÕES violou também ao princípio da Igualdade entre os Licitantes, uma vez que deveria conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante, sendo que todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia;*

Há de salientar que CEB PARTICIPAÇÕES somente disponibilizou às Contrarrrazões da proponente 04 LCM EMPREENDIMENTOS a pedido desta RAIO SERVIÇOS no dia 11/02/2021, data posterior a decisão que nega provimento ao recurso dessa proponente 17 é notável a violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, legalidade e isonomia entre as empresas, POR POSSUIR PREFERÊNCIA SOBRE OS DEMAIS, ATÉ PORQUE MESMO COM A INSISTENCIA EXAUSTIVA DESSA EMPRESA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO DISPONIBILIZOU A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM O VALOR AJUSTADO CERNE DESSA QUESTÃO.

**Ao Contrário, o que se verifica e causa uma estranheza absurda é o fato de se solicitar documento por meio de diligência em fase POSTERIOR a de habilitação, (cadastramento), isto porque a juntada dos documentos de habilitação devem ocorrer em tempo de cadastramento da proposta, só sendo possível diligenciar para encaminhar documentos em momentos posterior que instruem os cálculos da planilha de composição de custos, onde essa sim pode ser alterada por reiteradas vezes a título do entendimento da I.**



autoridade do certame e DESDE QUE SEJAM TAIS DILIGENCIAS DISPONIBILIZADAS AOS DEMAIS PROPONENTES.

A própria contrarrazão ao recurso realizada pela Proponente 4, não contesta o fato de não haver disponibilização de uma planilha no valor correto ajustado, apenas gasta laudas tentando elucidar situações diversa ao apresentado em recurso.

Considerando que a isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, o julgamento da proposta deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

E não menos importante, cabe a consideração de que **O VALOR DE R\$ 462000,00 (QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL REAIS) É UM VALOR QUE NÃO DÁ PRA COMPOR A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DENTRO DOS PARÂMETROS EXIGIDOS VIA EDITAL**, de modo a causar total estranheza a negativa de um recurso desta empresa onde inicialmente a planilha de composição de custos era a disponibilizada via sistema INFORMAÇÃO ESSA RATIFICADA POR EMAIL POR INTEGRANTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, posteriormente a planilha de composição de custos válida não é mais a planilha que fora disponibilizada e sim outra da qual NÃO SE TEM PUBLICIDADE DA MESMA.

**Diante de todo o exposto, data máxima vênua resta evidenciado a absoluta necessidade de reconsideração quanto ao Recurso apresentado por esta empresa, o qual foi negado, para que seja realizada a reforma do ato que classificou/habilitou a empresa recorrida, haja vista que essa não obedeceu aos ditames editalícios, legais e convencionais, bem como os princípios da vinculação ao edital, legalidade, vantajosidade e impessoalidade e publicidade, como exaustivamente demonstrado.**

**Nesse diapasão, a JDR SERVICES - RAI0 SERVIÇOS requer:**

- a) o provimento do presente pedido de reconsideração quanto ao recurso apresentado por esta empresa, para que seja declarada a desclassificação e/ou inabilitação da Proponente 04, com a consequente convocação das demais colocadas no certame para apresentação de sua documentação e proposta;
- b) Caso entenda não ser possível a reconsideração de sua d. decisão, cumpridas as formalidades legais, espera a recorrente que sejam as presentes razões enviadas à autoridade superior, para que reforme a decisão em comento.





- c) Na impossibilidade da reconsideração, que seja declarada a nulidade do certame por todos os vícios de legalidade apontados na Razões Recursais ou utilizando do princípio da auto tutela da administração publica que seja disponibilizado, tanto a planilha de composição de custos no valor de Lance de R\$ 462000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais) quanto novo prazo para interposição de recurso haja vista a até então não publicidade por essa mesa licitatória até a presente data, de documentos decisivos inerentes ao processo licitatório.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2021.

DANIELLE FERREIRA GONÇALVES

Representante Legal

Danielle Ferreira Gonçalves Raio  
Diretora Administrativa  
Grupo Raio

**DANIELLE FERREIRA GONÇALVES**

Representante Legal

JDR SERVICES LTDA

CNPJ nº 22.463.530/0001-09